

TIANGUÁ - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ - CEARÁ - CE

Professor da Educação
Infantil (Peb I) – Pré-Escola

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

CÓD: SL-037MR-24
7908433272496

Didática e Legislação

1. Educação, escola, professores e comunidade.....	9
2. Papel da didática na formação de educadores	22
3. A revisão da didática	25
4. O processo de ensino; os componentes do processo didático: ensino e aprendizagem	26
5. Tendências pedagógicas no Brasil e a didática.....	29
6. Aspectos fundamentais da pedagogia	32
7. Didática e metodologia	33
8. Disciplina, uma questão de autoridade ou de participação?.....	33
9. O relacionamento na sala de aula.....	37
10. O processo de ensinar e aprender.....	40
11. O compromisso social e ético dos professores	40
12. O currículo e seu planejamento; teorias do currículo.....	41
13. O projeto pedagógico da escola.....	49
14. O plano de ensino e plano de aula; o planejamento escolar: importância; requisitos gerais.....	56
15. Relações professor-aluno: a atuação do professor como incentivador e aspectos socioemocionais.....	66
16. Os conteúdos de ensino; a relação objetivo-conteúdo-método.....	70
17. Avaliação da aprendizagem: funções da avaliação; princípios da avaliação	71
18. Superação da reprovação escolar	79
19. Lei de diretrizes e bases da educação nacional - lei n.º 9.394/96, De 20/12/96: do ensino fundamental; da educação de jovens e adultos; da educação especial	80
20. A LDB e a formação dos profissionais da educação	99
21. Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão	100
22. Acesso, permanência com sucesso do aluno na escola	105
23. Gestão da aprendizagem	105
24. Planejamento e gestão educacional	106
25. Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem	107
26. O professor: formação e profissão.....	110

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal	117
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	124
3. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado, pontuação, coesão e coerência ...	130
4. Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa	131
5. Norma culta: ortografia, acentuação, emprego do sinal indicativo de crase. Pontuação.....	132
6. Formação de palavras, prefixo, sufixo, classes de palavras, regência, concordância nominal e verbal, flexão verbal e nominal, sintaxe de colocação	141
7. Produção textual.....	143
8. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	146

9. Emprego de tempos e modos dos verbos em português	147
10. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica	152
11. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	156
12. Termos da oração.....	161
13. Processos de coordenação e subordinação	164
14. Transitividade e regência de nomes e verbos	168
15. Padrões gerais de colocação pronominal no português	172
16. Estilística: figuras de linguagem. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	177
17. Norma culta	179

Noções de Informática

1. Noções de sistema operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	189
2. Arquitetura de computadores. Dispositivos de entrada e saída: conceitos, tipos, funcionamento, instalação	189
3. Sistemas operacionais modernos (ubuntu linux e windows 11).....	193
4. Procedimentos de backup e recuperação contra desastres	203
5. Aplicativos para escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (microsoft office e google workspace)	204
6. Rede de computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de internet e intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, aplicativos de navegação (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome).....	260
7. Grupos de discussão	266
8. Redes sociais	268
9. Correio eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (email do windows, mozilla thunderbird e similares)	271
10. Computação em nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (iaas, paas, saas), modelos de implementação, serviços e provedoras (google, amazon, microsoft, etc.)	275
11. Segurança da informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), Aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.)	277
12. Importação e exportação de dados: tipos de documentos e formatos, conversões, importação e exportação	282
13. Algoritmos e programação de computadores: fundamentos, construção e análise de algoritmos, pseudocódigos, fluxogramas, programação estruturada (python, javascript, etc.).....	283
14. Soluções de comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (whatsapp, telegram, skype, discord, etc.).....	287
15. Ambientes corporativos: serviços de rede, autenticação e autorização, domínio, compartilhamento de pastas e recursos.....	287

Noções de Direito Administrativo e Constitucional

1. A administração pública: princípios da administração pública	293
2. Poderes administrativos.....	297
3. Atos administrativos	304
4. Licitações e contratos administrativo.....	318
5. Serviços públicos.....	348
6. Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional. Cargo, emprego e função pública.....	360
7. Órgãos públicos.....	383
8. Improbidade administrativa.....	389
9. Processo administrativo.....	397
10. Constituição da república federativa do brasil: dos princípios fundamentais – arts. 1º ao 4º.....	401
11. Dos direitos e deveres individuais e coletivos - art. 5º	402
12. Dos direitos sociais - arts. 6º ao 11º	406
13. Da nacionalidade - arts. 12º e 13º.....	408
14. Dos direitos políticos - arts. 14º ao 16º	410
15. Da organização político-administrativa – arts. 18º e 19º.....	412
16. Dos municípios – arts. 29º ao 31º.....	414
17. Da administração pública – arts. 37º ao 41º.....	416

Matemática

1. Raciocínio lógico. Sequência lógica.....	427
2. Conjuntos: relações de pertinência, inclusão, igualdade e operações	431
3. Razão e proporção	434
4. Geometria plana e espacial	436
5. Regra de três simples e composta	448
6. Porcentagem e juros simples	449
7. Sistema lineares	451
8. Progressão aritmética e geométrica	453
9. Análise combinatória e probabilidade	455
10. Estatística: média, moda e mediana	460
11. Trigonometria no triângulo retângulo	461
12. Álgebra básica	462

Conhecimentos sobre o município

1. História de tianguá; aspectos geográficos e municípios circunvizinhos; emancipação e fundação da cidade; promulgação da lei orgânica da cidade; administração municipal; datas significativas e comemorativas do município; fatores econômicos da cidade; demais aspectos gerais a respeito do município de tianguá 471

Conhecimentos Específicos Professor da Educação Infantil (Peb I) – Pré-Escola

1. A função reguladora do lúdico – representação, afeto e laço social..... 475
2. Psicologia do desenvolvimento infantil..... 476
3. Piaget; vygotsky; wallon; maria montessori; práticas pedagógicas alternativas..... 482
4. Aspectos e etapas do desenvolvimento infantil..... 484
5. Avaliação do desenvolvimento cognitivo com base nas experiências piagetianas 491
6. Psicologia da aprendizagem..... 491
7. Dimensões do processo de aprendizagem 498
8. Didática, currículo e formação de professores 503
9. Aprendizagem da leitura e escrita 505
10. Psicomotricidade no contexto infantil 513
11. A brincadeira como ferramenta pedagógica; a importância da atividade lúdica para o desenvolvimento infantil 513
12. Perspectivas da avaliação institucional no ambiente escolar 516
13. Dificuldades específicas de aprendizagem..... 519
14. Educação infantil: teorias e práticas para uma proposta pedagógica 520
15. Bncc 522
16. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil 564
17. Projetos e práticas pedagógicas na educação infantil..... 574
18. Imaginação e criatividade na infância..... 575
19. Planejamento: sua prática, função e importância para educação infantil 575
20. A importância do trabalho docente na educação infantil..... 576
21. Paulo freire 577
22. Educação escolar: políticas, estrutura e organização 578
23. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições 578
24. Planejamento dialógico 582
25. Gestão pedagógica..... 583
26. Howard gardner e as inteligências múltiplas 590
27. Acolhimento e adaptação das crianças no ambiente escolar 590
28. Planejamento das atividades e rotina das crianças 591
29. Lei de diretrizes e bases e constituição federal 595
30. História da educação infantil e concepção de criança e infância 603
31. O cuidar e a formação da criança 605

DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO

EDUCAÇÃO, ESCOLA, PROFESSORES E COMUNIDADE

A instituição escolar na sociedade contemporânea

A educação tem a finalidade de promover a formação de pensadores, a finalidade de educar a emoção e de expansão e desenvolvimento da inteligência. A análise aqui apresentada é embasada em pesquisa bibliográfica e parte da premissa de que a escola é uma instituição responsável pela produção de um bem ou serviço imprescindível à sociedade.

O produto da escola ou o resultado do serviço é o sujeito educado, dotado de competência técnica, comprometimento social, com conhecimento dos pressupostos científicos, enfim dotado de condições de intervir qualitativamente na realidade, e exercer sua cidadania.

Esses são requisitos que a sociedade contemporânea exige da escola. Mas será que a escola está desenvolvendo nos sujeitos as aptidões necessárias para intervir na realidade? Como é avaliado o resultado do serviço prestado pela escola? Frente a estes questionamentos se eleger uma problemática primordial: A função da instituição escolar de hoje corresponde aos anseios da sociedade de hoje? Estas indagações permeiam o presente Artigo e a busca por respostas levaram a empreender a análise da conjuntura educacional com foco na escola pública e a proposição de alternativas para a busca pela excelência na educação.

A educação e a Instituição Escolar

“A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos” (SAVIANI, 2000, p 15). Afirmar isso significa dizer que para se compreender a natureza da educação precisamos compreender a natureza humana.

O humano distingue-se dos demais seres vivos pela sua capacidade de adaptar a natureza a si, transformando-a, enquanto os demais seres vivos adaptam-se a ela. O humano precisa produzir a todo instante sua existência enquanto os demais seres vivos, adaptando-se, têm sua existência garantida.

Por isso o ser humano é o único ser histórico, pois apenas ele vive em perpétua transformação, pelo passado que guarda na memória e pelo projeto do futuro. Sua unidade existencial o torna único e insubstituível. Segundo Kant, “é o único ser cuja existência é um valor absoluto, é um fim em si e não um meio para outras coisas”.

Ao transformar a natureza o humano produz trabalho e é o trabalho que o diferencia, a partir do momento em que planeja a ação e tem consciência desse ato. O humano é, portanto criador de sua própria “humanidade”.

O humano não se contenta apenas com a satisfação das necessidades naturais. Além de sobreviver ele deseja estar bem. Por isso busca sempre novos objetivos que vão além da satisfação das necessidades naturais.

Tornamo-nos humanos pela educação. É pela educação que aprendemos a ordenar o mundo, apreendemos as verdades da comunidade, enfim, nos socializamos, ou seja, adquirimos uma forma de pensar, falar, agir, segundo os ditames da cultura em que estamos inseridos. Apesar de acharmos que nossas posturas são naturais na verdade tudo o que somos é apreendido ao longo da nossa existência.

Como afirma RODRIGUES (1992, p 39) “A educação é do tamanho da vida. Não há começo. Não há fim. Só há travessia. E se queremos descobrir a verdade da educação, ela terá que ser descoberta no meio da travessia”.

Assim faz sentido afirmar que a educação começa já na concepção, continua após o nascimento e vai pelo resto da vida. Implica, portanto um constante reeducar-se e uma permanente auto-educação. Aprendemos a sermos humanos através do convívio com os demais membros da nossa comunidade.

Tanto é verdade que crianças que foram perdidas ou abandonadas na selva em tenra idade não aprenderam a ser seres humanos, desenvolveram andar quadrúpede, dentes mais pronunciados, não falavam, apenas uivavam e grunhiam. Nada aprenderam e com o contato com a sociedade, quando levadas ao convívio social, na adolescência, logo morreram, as que chegaram a idade adulta não conseguiram um desenvolvimento pleno. É, portanto pelo processo educacional primário que nos tornamos seres humanos.

Independente da concepção de educação, independente das influências que o local atribui para a elaboração destas concepções podemos considerar como grande conquista deste século a ideia de que “não existe idade para a educação, de que ela se estende pela vida e que não é neutra”. (GADOTTI, 1997, p 34)

Nas culturas ditas “primitivas” o processo de aprendizagem é natural. A herança cultural é transmitida informalmente por qualquer membro da tribo às novas gerações pela vivência entre adultos e crianças.

Já nas culturas “civilizadas” houve a ampliação do conhecimento e a divisão entre os indivíduos com base na economia e gerou também a divisão do saber. Aí surgiu a Escola como responsável pela transmissão do conhecimento às novas gerações.

Até o século XVI as crianças precisavam abandonar sua casa para receber educação escolar, que era ministrada por mestres, isoladamente do ambiente familiar, causando uma grande perda emocional, provocada por essa distância. Após isso a escola se difundiu e as crianças passaram a voltar para casa após o período de aula e a escola assumiu a estrutura que tem hoje.

LA TAILLE, (1992, p 33) fala que na sociedade contemporânea a escola adquire especial importância e as relações nela estabelecidas são imprescindíveis na construção dos processos psicológicos dos sujeitos. Na situação de ensino-aprendizagem a intervenção pedagógica leva o educando a desenvolver avanços que não ocorreriam espontaneamente.

“A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre os outros como forma de promover desenvolvimento articula-se com o postulado básico de Vygotsky a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança”.

(LA TAILLE, 1992, p 33).

Essa intervenção que se dá pelo adulto durante o ato educativo propicia o acesso dos sujeitos ainda imaturos da cultura letrada ao conhecimento. Essa intervenção, que chamamos de diretividade é condicionada pelas opções ideológicas que o educador faz, ciente disso ou não.

Nas culturas civilizadas a escola deu conta da transmissão do conhecimento sistematizado às novas gerações e os docentes eram os grandes responsáveis por essa transmissão. Isso serviu aos ideais daquela sociedade.

Mas como vai a instituição escolar e principalmente como vai a educação escolar nos dias atuais? Como esta intervenção está se dando. São essas indagações que o educador não pode se eximir de fazer, se deseja que sua ação docente seja reflexiva.

Análise da conjuntura educacional

Para empreender uma análise da função da escola na contemporaneidade se faz necessário a priori lançar um olhar analítico sobre o momento atual em que nos encontramos, numa perspectiva sócio-histórica, uma vez que a sociedade dos novos tempos demanda por uma escola nova.

A grande questão que envolve a eficácia da escola de hoje é que ela não é uma escola para hoje, mas para o ontem, incapaz de servir aos interesses da sociedade aberta, global e complexa em que vivemos.

Como saber se as obrigações sociais da escola estão sendo eficazmente cumpridas? Que critérios usamos para definir a qualidade de uma determinada escola? Existe uma escola ideal? Que requisitos podem servir de indicadores de qualidade da educação escolar? O que se espera de uma escola para que ela seja considerada boa?

A instituição escolar, uma das mais antigas e sólidas dentre as instituições, atravessou séculos, testemunhou mudanças de sistemas econômicos e mudanças em modelos civilizacionais. Hoje, porém as análises conjunturais da esfera educacional formal são desoladoras. Segundo GOHN (2001, p.07): “A rede escolar é avaliada como atrasada e ineficiente em todos os sentidos (cobertura, processo de gestão, qualificação profissional dos recursos humanos, resultados, infra-estrutura física, etc.)”.

Diz-se que um sistema de ensino é bom se ele conseguir exprimir com clareza o que se espera dele. Percebe-se, entretanto, que as escolas desconhecem o que se espera delas. E a sociedade espera muito da escola.

Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se, finalmente, do exercício da cidadania esses mesmos

cidadãos porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa (BARRETO, 1994, p 59)

A sociedade contemporânea, também denominada Sociedade Informática, cibercultura, ou pós-modernidade desloca o saber para o saber/fazer. Independente do rótulo, incontestavelmente os tempos são outros e demandam por uma escola diferente, assim como exige posturas também diferentes dos profissionais da educação.

Hoje as grandes verdades não mais dão conta de explicar a realidade. A sociedade contemporânea perdeu a dimensão teleológica. O fim ideal nunca chega. Os processos levam continuamente a novos processos. Cai por terra a crença de que o mundo é regido pela linearidade, como uma receita, em que primeiro se faz isso, depois aquilo e se tem o resultado esperado. A sociedade pós-moderna apresenta um ritmo inédito na história, em que o tempo é o atual, o aqui e o agora.

Na falta de verdades absolutas, prosperam incertezas textuais. O mundo não vai parar para que se busque soluções. É necessário pensar as soluções no processo.

Isso tem relevantes implicações para a educação escolar, pois com o advento da sociedade pós-moderna a acessibilidade à informação se disseminou. A informação está na internet, na televisão, nas revistas, no celular, com todo o dinamismo e rapidez. E a figura do professor, único detentor do conhecimento, que marcou o início da instituição escolar se distancia cada vez mais.

O uso de novas tecnologias em situações de aprendizagem

Nos dias atuais os diversos tipos de mídia se misturam e formam novos ambientes de trabalho e lazer, enfim criam uma nova realidade, que está disponível a quem dela necessitar.

As novas tecnologias e seu uso em sala de aula ou em ambientes de aprendizagem de modo geral leva a reflexão de quanto o ser humano evoluiu ao longo da sua trajetória. Até o mais rudimentar artefato utilizado pelos nossos antepassados pode ser considerado como um alicerce para a chegada ao maravilhoso mundo de desenvolvimento tecnológico que se tem hoje.

A tecnologia está presente nas tarefas mais simples do dia a dia, mesmo nas que não são perceptíveis. A linguagem do rádio, televisão, revistas, internet permeiam a sociedade contemporânea, mas a escola ainda opera com linguagem escrita. Em inúmeras escolas públicas os recursos estão restritos à sala de Tvê Escola ou laboratórios de Informática, que por vezes mantêm-se ociosos. Não é por menos que muitos dos indivíduos ainda se encontrem alijados do mundo tecnológico.

É necessário, porém que se estabeleçam limites que definam a questão do uso correto das Tecnologias de Informação e Comunicação. Não se trata, de substituir a intervenção do professor/a, mas de servir de base para que os diferentes recursos tecnológicos seja alicerçado o conhecimento. Quanto a isso, Cortelazzo, que afirma que:

Os professores devem trabalhar com seus alunos não só para ajudá-los a desenvolverem habilidades, procedimentos, estratégias para coletar e selecionar informações, mas, sobretudo, para ajudá-los a desenvolverem conceitos. Conceitos que serão a base para a construção de seu conhecimento. (CORTELAZZO, 2006, p 18)

A inquietude é uma característica do sujeito pós moderno e isso deve ser aproveitado pela escola para que o aluno queira buscar informações e construir o conhecimento. Antes de tudo a postura do professor deve ter um quê de inquietude, que possa instigar a busca pelo novo.

A escola provedora de informação já não responde à demanda da nova sociedade. A escola para a sociedade da informação é a que desperta nos alunos e alunas os mecanismos necessários para lidar com o imenso volume de informações a que são diariamente submetidos. Acesso a conteúdos os alunos têm. Cabe à escola desenvolver no aluno o desejo de querer ter essas informações e poder transformá-las em conhecimento.

Educação escolar para a excelência

“Educação não transforma o mundo.

Educação muda pessoas.

Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

A escola tem a função instrucional, que é a função de preparar os indivíduos para o mundo do trabalho. Tem ainda a função socializadora, que mesmo sem muita ênfase no preparo dos profissionais da educação para desenvolvê-la, esta função acaba acontecendo pelo próprio convívio espontâneo.

“Como mediação para a apropriação histórica da herança cultural a que supostamente têm direito os cidadãos, o fim último da educação é favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social. A educação, como parte da vida, é principalmente aprender a viver com a maior plenitude que a história possibilita. Por ela se toma contato com o belo, com o justo e com o verdadeiro, aprende-se a compreendê-los, a admirá-los, a valorizá-los e a concorrer para sua construção histórica, ou seja, é pela educação que se prepara para o usufruto (e novas produções) dos bens espirituais e materiais”. (PARO, 2001, p 37-38).

Então, em resumo, da escola é exigida a formação de indivíduos com competência técnico-administrativa, porém não é só isso. É também é exigida da escola de hoje a formação de cidadãos comprometidos que não se alienem do momento histórico, social, econômico e político, que sejam fazedores da sua história.

Para tanto se faz necessário mudança educacionais profícuas que incorporem, além das funções clássicas, a função de estimular inteligências e gerenciar seu pensamento e sua existência.

A educação escolar deve ter por finalidade a formação humana. Não basta formar para o trabalho, ou para a sobrevivência, como parece entender os que consideram a escola apenas como um instrumento para prepara para o mercado de trabalho ou para entrar na universidade.

Diante de problemas reais não podemos nos limitar às fórmulas vazias aos conteúdos desconectados da realidade. A escola deve preparar para a própria vida, não para o futuro, mas para o viver bem, isto é, para o desfrute de todos os bens criados socialmente pela humanidade. É preciso que a escola seja prazerosa e alegre para seus alunos desde já.

A primeira condição para propiciar isso é que a educação se apresente enquanto relação humana dialógica, que possa garantir a todos os envolvidos as condições de desenvolvimento como protagonista do processo educativo.

Como podemos concluir, fala-se muito na deterioração da escola pública a partir da sua maciça expansão nos últimos trinta anos. Ouve-se rumores de que a escola de hoje não cumpre as funções sociais que cumpria anos atrás.

A superação da deterioração a que a escola está sujeita passa pela compreensão de que a instituição escolar, em especial a escola pública, é uma instituição eminentemente social que, em virtude disso exige um esforço coletivo e não de apenas um professor, para enfrentar suas dificuldades, pelo fato destas dificuldades não serem isoladas a um professor e sim dificuldades de uma instituição que precisa de mudanças para responder ao que a sociedade contemporânea demanda.

O mundo mudou, a escola precisa mudar, e o professor precisa fazer parte dessa mudança e principalmente alavancar essas mudanças a partir da sua práxis cotidiana, pois é no dia-a-dia de sala de aula que as coisas acontecem.

A postura do docente perante seus alunos tem de mudar frente ao novo contexto. De único detentor do saber, ele deve passar a ser intermediário entre o conhecimento acumulado e a curiosidade e necessidade do aluno. O professor deve instigar essa curiosidade, como se diz, deve fazer o aluno querer, para então saciar o interesse.

A conclusão desta breve análise é de que a escola provedora de informação já não responde à demanda da nova sociedade e, portanto, cumpre parcialmente a função a que se destina. Para que atinja plenamente o que se espera desta instituição ela carece de desenvolver meios de despertar nos sujeitos os mecanismos necessários para lidar com crescente volume de informações disponíveis, transformando-as em conhecimento que seja significativo para a vida.

A instituição escolar e a comunidade

Na sociedade atual, a educação tem saído cada vez mais dos muros da escola e alcançado outros espaços sociais. Esse é um cenário desafiador para os educadores, pois eles precisam repensar a prática pedagógica.

Um assunto que ganhou relevância nos últimos anos é a relação entre escola e comunidade. Hoje em dia, a parceria com as famílias não é mais o único objetivo da gestão escolar. Construir uma relação positiva com a população do entorno também é importante para o desenvolvimento da escola infantil e dos alunos.

Essa relação entre a escola e a família é sobretudo nos dias de hoje, uma das mais palpitantes questões discutidas por pesquisadores e ou gestores dos sistemas e unidades de ensino em quase todo o mundo. Segundo Montandon e Perrenoud (1987: 7), “de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família”. A Relação escola- família tem trazido muitas discussões entre os intelectuais da época, pois é um fato que tem que ser discutido com muita precisão, sendo imprescindível para toda a clientela escolar.

Todavia, é fundamental a participação da família na escola, pois ela restaura muitos pontos que muitas vezes, os educadores não conseguem fazer sozinhos. Entretanto, as condições de vida precária que é imposta à maioria da população faz com que tenhamos um obstáculo nesse papel.

A ação da família é, no entanto, uma ação complementar à da Escola e a ela subordinada, porque se desconfia da competência da família para bem educar; na verdade, no mais das vezes,

afirma-se que a família não consegue mais educar os seus filhos. A esse respeito, o grande problema, detectado nas páginas das revistas e dos jornais, é que os pais não se interessam em particular, pela escola, pois dela estão afastadas.

“É impossível educar nas escolas quando os pais de nossos alunos são eles próprios mal-educados; por conseguinte, qualquer tentativa nossa para educar estas crianças as poriam em atrito com os pais e parentes e, por meio destes, conosco, educadores. (ano II, nº 15, 1926, p. 207 – Internet)

Para termos uma sociedade educada, é preciso em primeiro lugar, educar os pais, para que esse entendimento já venha registrado desde casa, porque não é possível educar os filhos se os pais não forem educados. (Didática Geral, p. 17).

Educação não se confunde com escolarização, pois a escola não é o único lugar onde a educação acontece. A educação também se dá onde não há escolas. Em todo lugar, existem redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração para outra. Mesmo nos lugares onde não há sequer a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado, existe educação.

A família, por exemplo, é o primeiro elemento social que influi na educação. Sem a família, a criança não têm condições de subsistir. Tal necessidade não é apenas de sobrevivência física, mas também psicológica, intelectual, moral e espiritual. A família, no entanto, encontra uma série de problemas, na sua missão de educar. A falta de preparo de muitos pais para exercer integralmente essa função, é o principal problema.

A Relação Escola e Comunidade

Os pais que apóiam os seus filhos na escola, contribuem para ela seja uma instituição bem sucedida.

Segundo Mizukami (Apud, FREIRE – 1975, p. 101), esse tipo de sociedade mantém um sistema de ensino baseado na educação bancária (tipologia mais aproximada do que se entende por ensino nessa abordagem), ou seja, uma educação que se caracteriza por depositar no aluno conhecimento, informações sobre os fatos, etc.

Pode-se afirmar que as tendências englobadas por este tipo de abordagem possuem uma visão individualista de processo educacional não possibilitando na maioria das vezes, trabalhos e cooperação nos quais o futuro cidadão possa experimentar a convergência do esforço.

A educação e o diálogo na medida em que não é transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam as significações dos significados.

Na prática o processo da educação, durante o período em que o aluno frequenta a escola, ele se confronta com modelos que lhe puderam ser úteis no decorrer de sua vida durante e após a escola.

A educação está intimamente ligada a transmissão cultural. É quase impossível de o estudante descobrir por si mesmo qualquer parte substancial da sabedoria de sua cultura.

A Escola e a Família

De acordo com a revista Nova Escola (2006: p. 34), a escola e a família têm os mesmos objetivos, fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem. Todos aprendem com essa parceria.

Os pais, por sua vez, acusam a escola de negligente, quando não tacha o próprio filho de irresponsável. Nessa briga – nada saudável –, a única vítima é o aluno. “Família e escola devem ter princípios gerais, não negociáveis, que serviram de parâmetro para a elaboração das regras” (Idem).

O professor também não deve se sentir como único responsável pela formação de valores. Porém é fundamental considerar os que são trazidos de casa pelos estudantes e contribuir para fortalecer princípios éticos “o segredo de uma boa relação é saber ouvir, respeitar as culturas e trabalhar junto”. (Idem)

A família é o primeiro grupo com o qual a pessoa convive e seus membros para a vida. No que diz respeito à educação, se essas pessoas demonstrarem curiosidade em relação o que acontece em sala de aula e reforçarem a importância em que está sendo aprendido, estarão dando uma enorme contribuição para o sucesso de aprendizagem.

A Interação Entre Escola e Comunidade

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1998: p. 32) para que aconteça a interação entre a escola e a comunidade, é preciso buscar formas para que a escola esteja mais presente no dia-a-dia da comunidade e também o inverso, isto é, a escola (...). De modo que a escola e os estudantes e professores possam se envolver em atividades voltadas para o bem-estar de sua comunidade.

O convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais e o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos. Assim, é preciso salientar a sua importância. (Idem Nova Escola)

É desejável a comunidade escolar refletir conjuntamente sobre o trabalho, sobre os objetivos que se pretende atingir e sobre as formas de conseguir, esclarecendo o papel de cada um nessa tarefa.

Para que esse trabalho possa atingir essa amplitude, é necessário que toda a comunidade escolar assuma esses objetivos, pois eles se concretizarão em diversas ações que envolverão todos, cada um na sua função.

Assim como é importante que todos os atores que da sociedade façam parte, com clareza, da organização curricular, levando a ética ao centro da reflexão e do exercício da cidadania.

Qual é a importância da relação entre escola e comunidade?

A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças e na construção da cidadania. Sua função ultrapassa a prática dentro das salas de aula.

Assim, a atuação dos educadores influencia não apenas as crianças e suas famílias, mas também o bairro em que a escola se insere e a sociedade como um todo. A presença dessa instituição deve ser um diferencial positivo na comunidade — essa parceria é importante para todos.

Se a escola está inserida em um bairro que tem problemas sociais, por exemplo, ela precisa conhecer esse cenário, para fazer, de fato, parte dele e ter participação ativa na solução das adversidades que o afligem. Com o engajamento de todos, é possível pensar ações conjuntas e conquistar melhorias para toda a região.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: SITUAÇÃO COMUNICATIVA, PRESSUPOSIÇÃO, INFERÊNCIA, AMBIGUIDADE, IRONIA, FIGURATIVIZAÇÃO, POLISSEMIA, INTERTEXTUALIDADE, LINGUAGEM NÃO-VERBAL

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

▪ **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.

▪ **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.

▪ **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.

▪ **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.

▪ **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.

▪ **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.

▪ **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.

▪ **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).

▪ **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.

▪ **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.

▪ **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.

▪ **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:

“Proibido estacionar das 8h às 18h.”

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

▪ **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.

▪ **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”

▪ **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.

▪ **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.

▪ **Mensagem:** “Aproveite a promoção imperdível desta semana!”

▪ **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.

▪ **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.

▪ **Mensagem:** “Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3.”

▪ **Canal:** E-mail corporativo.

► Análise em Concursos Públicos

Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:

▪ **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.

▪ **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.

▪ **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Exemplos:

“Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.
- (B) João estava em casa anteriormente.

- **Resposta correta:** (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Exemplos:

“Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

Uso em Concursos:

A inferência é frequentemente testada em questões que exigem a habilidade de deduzir informações que não estão explícitas, mas que podem ser inferidas a partir do contexto.

Questão modelo:

Leia a frase: “O cachorro latiu alto quando o carteiro chegou.”

O que se pode inferir?

- (A) O cachorro conhece o carteiro.
- (B) O latido foi causado pela presença do carteiro.

- **Resposta correta:** (B) O latido foi causado pela presença do carteiro.

► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

Exemplo Comparativo:

“Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.

- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► Estratégias para Identificação**Para reconhecer pressuposições:**

- Pergunte-se: “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

A distinção entre pressuposição e inferência é essencial para a interpretação textual, pois ambas enriquecem a compreensão das mensagens. A pressuposição está diretamente ligada à estrutura do texto e às informações subentendidas, enquanto a inferência depende de uma análise lógica por parte do leitor.

Em provas de concursos, questões sobre esses temas avaliam a capacidade de identificar informações implícitas e deduzir significados, habilidades indispensáveis para uma leitura eficiente e crítica.

AMBIGUIDADE: CONCEITO, TIPOS E EXEMPLOS

A ambiguidade ocorre quando um enunciado ou expressão pode ser interpretado de mais de uma maneira, gerando múltiplos sentidos. Essa característica pode ser intencional, como em textos literários ou humorísticos, ou acidental, o que pode comprometer a clareza da mensagem.

No contexto de concursos públicos, entender a ambiguidade é crucial para interpretar corretamente os textos e identificar possíveis armadilhas nas questões.

► Conceito de Ambiguidade

A ambiguidade é um fenômeno linguístico em que uma palavra, frase ou texto apresenta dois ou mais significados possíveis. Ela pode ser gerada por fatores léxicos (palavras com múltiplos sentidos) ou sintáticos (estrutura da frase que permite diferentes interpretações).

Exemplos:

“Maria viu o cachorro do João com o binóculo.”

- **Significado 1:** Maria usou o binóculo para ver o cachorro.
- **Significado 2:** O cachorro estava com o binóculo.

“O diretor disse que demitiria o funcionário irritado.”

- **Significado 1:** O funcionário estava irritado.
- **Significado 2:** O diretor estava irritado.

► Tipos de Ambiguidade**Ambiguidade Léxica:**

Ocorre quando uma palavra tem mais de um significado e o contexto não é suficiente para esclarecer o sentido exato.

- **Exemplo:** “João foi ao banco.”

Pode significar que João foi a uma instituição financeira ou a um assento próximo a um rio.

Ambiguidade Sintática:

Resulta da estrutura da frase, que permite mais de uma interpretação.

- **Exemplo:** “O homem viu a mulher com um telescópio.”
- **Interpretação 1:** O homem usou o telescópio para ver a mulher.
- **Interpretação 2:** A mulher estava com o telescópio.

Ambiguidade Pragmática:

Relaciona-se ao contexto em que a mensagem é produzida ou ao uso de expressões que dependem do conhecimento de mundo do receptor.

- **Exemplo:** “Pedro saiu para encontrar o amigo no bar.”
- **Interpretação 1:** Pedro saiu do bar para encontrar o amigo.
- **Interpretação 2:** Pedro foi ao bar para encontrar o amigo.

Ambiguidade de Referência:

Acontece quando não está claro a quem ou a que se refere um pronome ou substantivo.

- **Exemplo:** “Ana disse a Carla que ela estava atrasada.”
- **Interpretação 1:** Ana estava atrasada.

- **Interpretação 2:** Carla estava atrasada.

► Ambiguidade em Provas de Concursos

Em concursos públicos, questões de interpretação textual podem explorar a ambiguidade de forma direta ou indireta. O candidato deve:

1. Identificar se há mais de uma interpretação possível no enunciado.
2. Analisar o contexto para determinar a interpretação mais provável.
3. Reconhecer se a ambiguidade é proposital (como recurso estilístico) ou não.

Exemplo de Questão:

Leia a frase: “Marcos encontrou o amigo andando de bicicleta.”

Qual é a interpretação correta?

- (A) Marcos estava andando de bicicleta.
- (B) O amigo estava andando de bicicleta.
- (C) Ambos estavam andando de bicicleta.
- (D) A frase é ambígua.

- **Resposta:** (D) A frase é ambígua.

► Estratégias para Evitar Ambiguidade

Reorganização Frasal: Alterar a ordem das palavras para deixar claro o sentido.

- **Ambíguo:** “O homem viu a mulher com o binóculo.”
- **Claro:** “Usando o binóculo, o homem viu a mulher.”

Uso de Pronomes com Clareza: Evitar o uso excessivo de pronomes quando o referente não está claro.

- **Ambíguo:** “João falou com Pedro, mas ele não gostou da conversa.”
- **Claro:** “João falou com Pedro, mas Pedro não gostou da conversa.”

Contextualização: Fornecer informações adicionais que eliminem dúvidas.

- **Ambíguo:** “Joana encontrou o chefe em um restaurante.”
- **Claro:** “Joana encontrou o chefe em um restaurante durante o almoço.”

► Ambiguidade Intencional e Efeitos Estilísticos

Quando usada de forma deliberada, a ambiguidade pode enriquecer o texto, provocando reflexões, humor ou efeitos poéticos. Textos publicitários e literários frequentemente recorrem a esse recurso para atrair a atenção ou criar múltiplos sentidos.

Exemplo em poesia:

“A palavra é uma chama que arde sem se ver.”

A ambiguidade poética permite interpretar “palavra” como metáfora para sentimentos ou ideias.

A ambiguidade é um fenômeno linguístico que pode ser usada intencionalmente como recurso estilístico ou surgir acidentalmente, prejudicando a clareza. Entender seus tipos e

saber identificá-la é essencial para interpretar textos de forma precisa e eficiente, especialmente em contextos como concursos públicos.

Desenvolver a habilidade de analisar a ambiguidade contribui tanto para a leitura crítica quanto para a produção textual eficaz.

IRONIA: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E EXEMPLOS

A ironia é um recurso linguístico e estilístico amplamente utilizado na comunicação, caracterizado pela expressão de um significado contrário ao que se afirma literalmente.

Esse contraste entre o que é dito e o que se pretende dizer gera humor, crítica, sarcasmo ou reflexão. Identificar a ironia exige atenção ao contexto, pois seu uso depende frequentemente de pistas implícitas, como o tom ou a situação comunicativa.

► Conceito de Ironia

A ironia ocorre quando o enunciado aparenta ter um significado literal, mas, na verdade, comunica outra ideia, geralmente oposta. É uma figura de linguagem que recorre ao implícito e à subjetividade para construir seus efeitos, podendo variar de humor sutil a sarcasmo evidente.

Exemplo:

“Que belo dia para um piquenique!” (dito durante uma tempestade).

O sentido literal é positivo, mas o contexto (tempestade) revela a ironia.

► Tipos de Ironia

Ironia Verbal:

Ocorre quando há uma divergência entre o que se diz e o que realmente se quer comunicar. É o tipo mais comum e exige o reconhecimento do tom ou do contexto para ser compreendido.

▪ **Exemplo:** “Você é um gênio!” (dito após alguém cometer um erro).

A intenção é oposta ao sentido literal, sugerindo falta de inteligência.

Ironia Situacional:

Manifesta-se em eventos ou circunstâncias em que ocorre um desfecho inesperado ou oposto ao que era esperado, criando uma sensação de contradição.

▪ **Exemplo:** Um bombeiro que trabalha apagando incêndios acidentais em sua própria casa devido a um curto-circuito.

O contraste entre o papel esperado e o ocorrido evidencia a ironia.

► Ironia Dramática

É um recurso comum em narrativas literárias ou teatrais, onde o público sabe mais do que os personagens, criando uma tensão irônica.

▪ **Exemplo:** Em tragédias como “Romeu e Julieta”, o público sabe que Julieta está viva, enquanto Romeu acredita que ela morreu, levando a um desfecho trágico.

A ironia está na discrepância entre o que os personagens acreditam e o que o público sabe.

► Ironia Sarcástica

Uma forma de ironia verbal carregada de intenção crítica, zombeteira ou ofensiva. É mais direta e frequentemente usada para expressar descontentamento ou desprezo.

▪ **Exemplo:** “Parabéns pelo atraso, como sempre você é pontual!”

Aqui, o tom crítico é evidente, ressaltando o oposto do sentido literal.

► Elementos Essenciais da Ironia

Contexto: A ironia depende do cenário em que ocorre para ser percebida. Sem o contexto, a interpretação pode ser literal.

▪ “Muito bom esse café!” (dito com expressão de desagrado ao provar um café amargo).

▪ O contexto (expressão facial) sinaliza a ironia.

▪ **Intenção do emissor:** O uso da ironia exige uma intenção deliberada de expressar algo diferente do literal.

▪ **Cuidado:** Nem toda declaração ambígua é irônica; é preciso haver um propósito claro de contraste.

▪ **Interpretação do receptor:** A compreensão da ironia depende da habilidade do leitor ou ouvinte de captar o tom e as pistas implícitas. Isso exige conhecimentos linguísticos, culturais e situacionais.

► Ironia em Provas de Concursos Públicos

Em provas, questões sobre ironia geralmente avaliam a capacidade do candidato de interpretar textos e reconhecer sentidos implícitos. Esses exercícios podem envolver trechos literários, frases isoladas ou textos publicitários.

Exemplo de Questão:

Leia o trecho:

“Não faça barulho, grite bem alto para todos ouvirem.”

O enunciado apresenta:

- (A) Contradição literal.
- (B) Um apelo direto.
- (C) Uma ironia.
- (D) Uma ordem clara.

Resposta correta: (C) Uma ironia.

O sentido literal contrasta com a intenção do enunciado.

Estratégias para Identificar a Ironia:

▪ **Observe o contexto:** Analise se há uma contradição entre o enunciado e o cenário descrito.

- “Que sorte a minha!” (dito após um revés).
- O contexto indica que a sorte é, na verdade, azar.

▪ **Atente ao tom:** Muitas vezes, o tom crítico, humorístico ou sarcástico é um indicativo de ironia.

▪ “Excelente ideia deixar o carro destrancado no centro da cidade!”

▪ O tom denuncia a ironia.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL: FUNDAMENTOS E OPERAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Um sistema operacional (SO) é um software fundamental que gerencia o hardware e software de um computador, permitindo que os diferentes programas funcionem corretamente. Ele serve como uma interface entre os usuários e o hardware do computador, garantindo que os recursos do sistema, como processador, memória, dispositivos de armazenamento e periféricos, sejam utilizados de maneira eficiente e segura.

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- Gerenciamento de Processos: O SO gerencia a execução dos processos, incluindo a alocação de recursos do sistema e a coordenação entre processos concorrentes. Ele assegura que cada processo receba tempo suficiente de CPU para executar suas tarefas.
- Gerenciamento de Memória: O SO controla o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa em execução tenha o espaço necessário e que não haja conflitos ou falhas de acesso.
- Gerenciamento de Dispositivos: O SO controla os dispositivos de entrada e saída, como discos rígidos, impressoras, teclados e mouses, facilitando a comunicação entre esses dispositivos e os programas de aplicação.
- Gerenciamento de Arquivos: O SO organiza e gerencia os dados em discos rígidos e outros dispositivos de armazenamento, permitindo que os usuários criem, leiam, atualizem e apaguem arquivos de maneira eficiente.
- Segurança e Proteção: O SO protege os dados e os recursos do sistema contra acessos não autorizados e ameaças, implementando mecanismos de autenticação e controle de acesso.

EXEMPLOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS

- Windows: Desenvolvido pela Microsoft, é amplamente utilizado em computadores pessoais e empresariais.
- macOS: Desenvolvido pela Apple, utilizado exclusivamente em computadores Mac.
- Linux: Um sistema operacional de código aberto, usado em servidores, computadores pessoais e dispositivos embarcados.
- Android: Um sistema operacional móvel baseado em Linux, amplamente utilizado em smartphones e tablets.
- iOS: Desenvolvido pela Apple para dispositivos móveis, como iPhones e iPads.

ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES

Um sistema operacional organiza e gerencia informações por meio de sistemas de arquivos. Ele controla como os dados são armazenados, acessados e manipulados no disco rígido ou em outros dispositivos de armazenamento.

O sistema operacional também fornece ferramentas para gerenciar permissões de acesso aos arquivos e pastas, garantindo a segurança dos dados.

ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Os arquivos são unidades básicas de armazenamento de dados em um computador. Eles podem conter texto, imagens, vídeos, programas, entre outros tipos de informações.

As pastas são usadas para organizar e agrupar registros relacionados a um sistema de arquivos.

Os programas são conjuntos de instruções ou código executável que realizam tarefas específicas quando executados pelo sistema operacional.

ARQUITETURA DE COMPUTADORES. DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA: CONCEITOS, TIPOS, FUNCIONAMENTO, INSTALAÇÃO

HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

— **Gabinete**

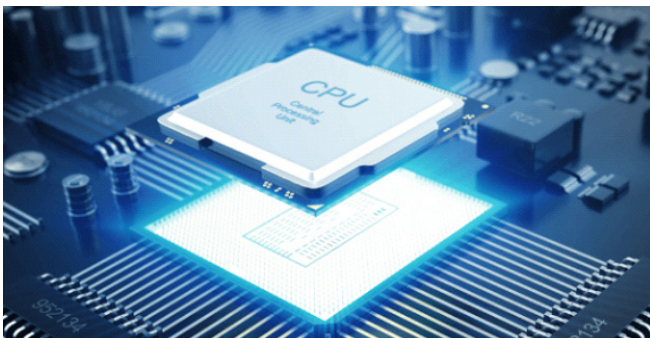
Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

— **Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)**

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

— **Cooler**

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura

entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

— **Placa-mãe**

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

— **Fonte**

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



Fonte

— **Placas de vídeo**

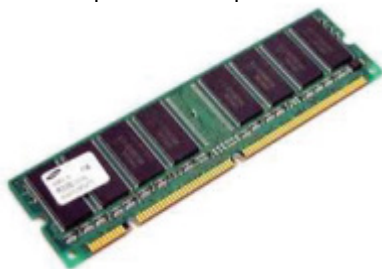
São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

— **Memória RAM**

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

— **Memória ROM**

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

— **Memória cache**

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

— **Barramentos**

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados. Existem vários tipos de barramentos, incluindo:

— **Barramento de Dados:** Transmite dados entre a CPU, a memória e outros componentes.

— **Barramento de Endereço:** Determina o local de memória a partir do qual os dados devem ser lidos ou para o qual devem ser escritos.

— **Barramento de Controle:** Carrega sinais de controle que dirigem as operações de outros componentes.

— **Periféricos de entrada, saída e armazenamento**

São dispositivos externos que se conectam ao computador para adicionar funcionalidades ou capacidades.

São classificados em:

— **Periféricos de entrada:** Dispositivos que permitem ao usuário inserir dados no computador, como teclados, mouses, scanners e microfones.



Periféricos de entrada

A collection of various electronic devices including a Dell monitor, Logitech speakers, an Epson projector, an HP printer, and a large format printer.

- **Periféricos de entrada e saída:** Dispositivos que podem receber dados do computador e enviar dados para ele, como drives de disco, monitores touchscreen e modems.



– **Periféricos de armazenamento:** dispositivos usados para armazenar dados de forma permanente ou temporária, como discos rígidos, SSDs, CDs, DVDs e pen drives.



A instalação de periféricos em um computador é um processo fundamental para garantir que esses dispositivos externos funcionem corretamente e sejam reconhecidos pelo sistema operacional.

A seguir, estão as etapas comuns para instalar periféricos em um computador:

- **Conexão Física:** o primeiro passo após a verificação de compatibilidade é conectar fisicamente o periférico ao computador. Isso geralmente envolve conectar um cabo USB, HDMI, VGA ou outro cabo a uma porta correspondente no computador. Certifique-se de seguir as instruções do fabricante para conectar corretamente o periférico.

– **Configuração de Parâmetros:** após a instalação dos drivers, pode ser necessário configurar alguns parâmetros do periférico, como resolução de tela para monitores, configurações de qualidade para impressoras ou configurações de sensibilidade para dispositivos de entrada, como mouse e teclado. Essas configurações podem ser ajustadas através das configurações do sistema operacional ou do software fornecido com o periférico.

- **Atualização de Drivers:** periodicamente, é recomendável verificar se há atualizações de drivers para os periféricos instalados. Os fabricantes geralmente lançam atualizações de drivers para corrigir problemas de compatibilidade, melhorar o desempenho ou adicionar novos recursos. Essas atualizações podem ser baixadas do site oficial do fabricante e instaladas conforme necessário.

Soluc^{ão} Editora

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
– É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejamos:

a) Revogação: trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.

b) Anulação: trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

– **Súmula 473- STF** - “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que

foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

a) Não Discriminação: não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma impessoal com a fixação de critérios objetivos.

b) Agente Público: o Estado age em nome do agente. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

– **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoa jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejamos o que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

– **Súmula Vinculante 13 STF:** “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

a) Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e

b) Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece “desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”. Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido pela EC nº19/98, pois, antes, ele era considerado como princípio infraconstitucional. Nesse sentido, deverá ser a atuação da Administração Pública pautada nos seguintes critérios:

- a) Rapidez;
- b) Dinamismo;
- c) Celeridade;
- d) Descongestionamento;
- e) Desburocratização;
- f) Perfeição;
- g) Completitude; e
- h) Satisfação;
- i) Rentabilidade ótima, máxima e com menor custo.

Sobre o tema, o STF já se posicionou no sentido de reforçar que o princípio da eficiência não depende de Lei para que seja regulamentado, sendo por isso, considerado como uma norma de eficácia plena.

Além disso, destaca-se que a Emenda Constitucional nº19/98 consagrou a transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial, com o objetivo de criar aproximação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Vejamos no quadro abaixo, as distinções entre esses dois tipos de Administração:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
– É direcionada ao controle de procedimentos e preocupa-se com os resultados em segundo plano; – Seu foco encontra-se nos controles administrativos; – Centralização, concentração e controle dos órgãos e entidades públicas.	– É voltada para o controle de resultados e mantém as formalidades fundamentais à Administração Pública; – É focada no controle de resultados; – Reduz a atuação empresarial do Estado; – Trata de parcerias com entidades do terceiro setor para a prestação de atividades consideradas não essenciais; – Trata da capacitação de servidores e do controle de desempenho; – Cuida da descentralização, desconcentração e autonomia dos órgãos e entidades públicas.

— Outros Princípios Constitucionais Aplicáveis à Administração Pública

Princípio da Celeridade Processual

Previsto no artigo 5º LXXVIII da CFB/88, o princípio da celeridade processual assegura a toda a sociedade nas searas judicial e administrativa, a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade na sua tramitação.

Ressalta-se que o processo administrativo constitui uma sequência de atos que declinam-se à decisão final. Desta maneira, o rito deve sempre prosseguir com o objetivo de que haja conclusão célere de encerramento dos processos.

Salienta-se que a Lei Federal nº 9784/99 elenca importantes diretrizes que podem ser aplicadas aos processos administrativos federais em relação a celeridade. São elas:

- a) É dever da Administração emitir de forma clara, decisão nos processos administrativos, bem como responder acerca de solicitações ou reclamações e sobre matérias que sejam de sua competência;
- b) Após a conclusão da instrução de processo administrativo, o prazo para Administração decidir é de até 30 dias, exceto se houver prorrogação expressamente motivada, razão pela qual, acrescentar-se-á igual período;
- c) Não fixando a lei prazo diferente, será o recurso administrativo decidido no prazo de 30 dias;
- d) Salvo disposição legal diversa, o processo administrativo deverá tramitar por no máximo três instâncias administrativas.

Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

De acordo com os fundamentos contidos no artigo 5º, LV da CFB/88, em decorrência do princípio do contraditório, as decisões administrativas devem ser tomadas levando em consideração a manifestação das partes interessadas.

Para tal, é imprescindível que seja dada oportunidade para que as partes prejudicadas pela decisão sejam ouvidas antes do resultado final do processo.

Ressalta-se que o princípio da ampla defesa possibilita aos litigantes, tanto em processo judicial quanto administrativo, a utilização dos meios cabíveis de prova, dos recursos e dos instrumentos necessários para defesa de seus interesses diante do Judiciário e também da Administração Pública.

Acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa, dispõe a Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal:

– **Súmula 33 STF:** “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Princípio de devido processo legal formal e material

Nos ditames do artigo 5º, LIV da CFB/88, a privação de liberdade ou de bens só poderá ser aplicada após o devido processo legal. O devido processo legal pode ser classificado da seguinte forma:

a) Devido processo legal formal: trata-se do parâmetro que exige o cumprimento de um rito que já esteja definido por lei para que a decisão tenha validade;

b) Devido processo legal material ou substantivo: a decisão final deve ser justa, adequada e respeitar o rito. Desse modo, o devido processo legal material ou substantivo possui o mesmo conteúdo do princípio da proporcionalidade. Além disso, é importante destacar que nos processos administrativos, é buscada a verdade real dos fatos, não valendo desta forma, somente a verdade formal baseada na prova produzida nos autos.

Por fim, denota-se que são diferenças primordiais entre o processo administrativo e do processo judicial:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL
– Até 3 instâncias – Faz coisa julgada administrativa – Princípio da oficialidade – permissão da <i>reformatio in pejus</i> – Não há necessidade de atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade real)	– Em regra, são 3 graus de jurisdição – Faz coisa julgada judicial – Princípio da inércia da jurisdição – Há necessidade da atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade formal)

– Princípios Implícitos

Princípio da Autotutela da Administração Pública

Possui o condão de controlar sua própria atuação, podendo, desta forma, corrigir seus próprios atos quando tais atos estiverem dotados de ilegalidade.

Sobre o assunto, dispõe a Súmula 346 do STF:

– **Súmula 346 - STF:** “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”.

Além disso, poderá a Administração invalidar seus próprios atos a partir do momento em que estes contenham ilegalidade, porque deles não se originam direitos, podendo também revogar atos por motivos de conveniência e oportunidade. É o determina a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

– **Súmula 473 - STF:** “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Ademais, vale pontuar que de acordo com o art. 5 da Lei nº 9.784/1999, deverá a Administração anular seus próprios atos, quando estes se encontrarem eivados de vícios de legalidade, podendo revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que nos parâmetros do princípio da legalidade, o prazo para a Administração Pública anular seus atos é de 05 anos.

Princípio da Continuidade

Esse princípio define que a atuação administrativa deve ser ininterrupta.

Aliado a esse importante princípio, o STF adotou por meio do Recurso Extraordinário nº 693.456, o entendimento de que o exercício do direito de greve por parte do servidor público pode realizar o corte do salário, que por sua vez, poderá ser substituído por compensação das horas paradas pelo servidor. Porém, em se tratando de greve provocada por ato ilícito da Administração Pública, tal corte de salário não poderá ocorrer e a Administração deverá ressarcir os prejuízos caso estes existam e sejam verificados.

– **OBS. Importante:** De acordo com o disposto no artigo 142, §3º, IV da Constituição Federal de 1.988, em hipótese alguma, poderá o servidor militar entrar em greve ou se sindicalizar.

MATEMÁTICA

RACIOCÍNIO LÓGICO. SEQUÊNCIA LÓGICA

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

– **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

– **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

– **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

► Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

p: “João é engenheiro.”

q: “Maria é professora.”

► Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo:

P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

“O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

“João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

“Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

“ $2 + 2 = 4$.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

“Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

“Choveu ontem.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).

“Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).

“O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Agora veremos um exemplo retirado de uma prova:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.

- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
 – O que é isto?
 Há exatamente:
 (A) uma proposição;
 (B) duas proposições;
 (C) três proposições;
 (D) quatro proposições;
 (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
 (B) Não sabemos os valores de x e y , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
 (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
 (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
 (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo:

2. (VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
 (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$
 (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\neg p$
 (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\neg q$
 (E) $p \vee q$, $\neg q$, $p \vee q$

Resolução:

Precisamos identificar cada conectivo solicitado na ordem correta. A conjunção é o conectivo $\wedge$, como em $p \wedge q$. A negação é representada pelo símbolo $\neg$, como em $\neg p$. A implicação é representada pelo símbolo $\rightarrow$, como em $p \rightarrow q$.

Resposta: B.

Tabela Verdade

A tabela verdade é uma ferramenta para analisar o valor lógico de proposições compostas. O número de linhas em uma tabela depende da quantidade de proposições simples (n):

$$\text{Número de Linhas} = 2^n$$

Vamos agora ver as tabelas verdade para cada conectivo lógico:

p	q	$\sim p$	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \oplus q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	F	V	V	F	V	V
V	F	F	F	V	V	F	F
F	V	V	F	V	V	V	F
F	F	V	F	F	F	V	V

Exemplo:

3. (CESPE/UNB) Se "A", "B", "C" e "D" forem proposições simples e distintas, então o número de linhas da tabela-verdade da proposição $(A \rightarrow B) \leftrightarrow (C \rightarrow D)$ será igual a:

- (A) 2;
- (B) 4;
- (C) 8;
- (D) 16;
- (E) 32.

Resolução:

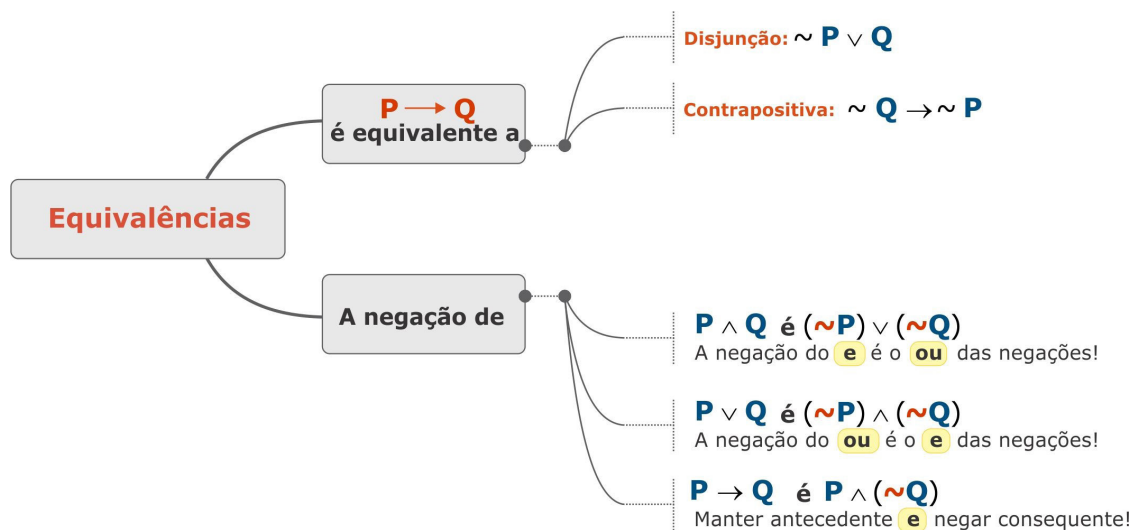
Temos 4 proposições simples (A, B, C e D), então aplicamos na fórmula 2^n , onde n é o número de proposições. Assim, $2^4 = 16$ linhas.

Resposta D.

Equivalência

Duas ou mais proposições compostas são equivalentes, quando mesmo possuindo estruturas lógicas diferentes, apresentam a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições $P(p, q, r, \dots)$ e $Q(p, q, r, \dots)$ são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.



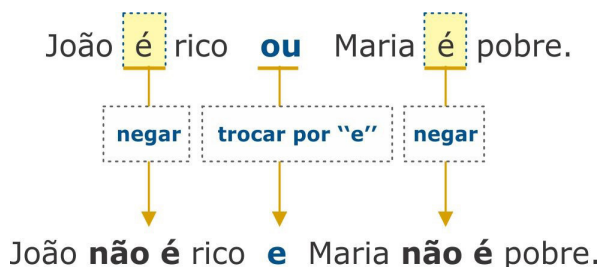
Exemplo:

5. (VUNESP/TJSP) Uma negação lógica para a afirmação "João é rico, ou Maria é pobre" é:

- (A) Se João é rico, então Maria é pobre.
- (B) João não é rico, e Maria não é pobre.
- (C) João é rico, e Maria não é pobre.
- (D) Se João não é rico, então Maria não é pobre.
- (E) João não é rico, ou Maria não é pobre.

Resolução:

Nesta questão, a proposição a ser negada trata-se da disjunção de duas proposições lógicas simples. Para tal, trocamos o conectivo por “e” e negamos as proposições “João é rico” e “Maria é pobre”. Vejam como fica:



Resposta: B.

Leis de Morgan

Com elas:

- Negamos que duas dadas proposições são ao mesmo tempo verdadeiras equivalendo a afirmar que pelo menos uma é falsa
- Negamos que uma pelo menos de duas proposições é verdadeira equivalendo a afirmar que ambas são falsas.

ATENÇÃO	
As Leis de Morgan exprimem que NEGAÇÃO transforma:	CONJUNÇÃO em DISJUNÇÃO
	DISJUNÇÃO em CONJUNÇÃO

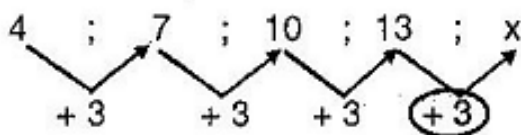
LÓGICA SEQUENCIAL

As sequências seguem padrões lógicos que permitem prever seus próximos elementos. Elas podem ser numéricas, alfabéticas, geométricas ou baseadas em outras estruturas. Identificar a lógica por trás de uma sequência é essencial para completar ou interpretar corretamente seu desenvolvimento. Para resolver questões desse tipo, é importante observar como os elementos se relacionam entre si. O padrão pode envolver operações matemáticas, repetições cíclicas, alternâncias entre grupos ou mudanças progressivas em determinada característica.

Tipos Principais:

Progressão Aritmética (PA)

Adição constante:



Exemplo prático: se a sequência é 2, 4, 6, 8, o próximo número é 10 (somando sempre 2).

Progressão Geométrica (PG)

Padrão: Multiplicação constante.



Exemplo prático: se começamos com 2 e multiplicamos sempre por 2, temos 2, 4, 8, 16 e assim por diante.

Sequências de Figuras

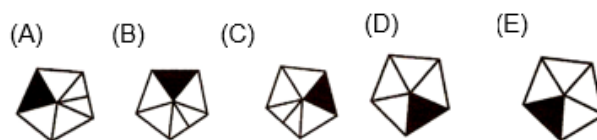
Podem seguir regras de rotação ou padrões de PA/PG.

Como resolver: observar a ordem de rotação ou mudança entre as figuras para prever a próxima.

Exemplo 1: Analise a sequência a seguir:



Admitindo-se que a regra de formação das figuras seguintes permaneça a mesma, pode-se afirmar que a figura que ocuparia a 277ª posição dessa sequência é:



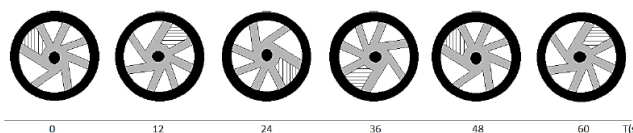
Resolução:

A sequência das figuras completa-se na 5ª figura. Assim, continua-se a sequência de 5 em 5 elementos. A figura de número 277 ocupa, então, a mesma posição das figuras que representam número $5n + 2$, com $n \in \mathbb{N}$. Ou seja, a 277ª figura corresponde à 2ª figura, que é representada pela letra “B”.

Resposta: B.

Exemplo 2: (IDECAN)

A sequência formada pelas figuras representa as posições, a cada 12 segundos, de uma das rodas de um carro que mantém velocidade constante. Analise-a.



Após 25 minutos e 48 segundos, tempo no qual o carro permanece nessa mesma condição, a posição da roda será:

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

HISTÓRIA DE TIANGUÁ; ASPECTOS GEOGRÁFICOS E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS; EMANCIPAÇÃO E FUNDAÇÃO DA CIDADE; PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA CIDADE; ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; DATAS SIGNIFICATIVAS E COMEMORATIVAS DO MUNICÍPIO; FATORES ECONÔMICOS DA CIDADE; DEMAIS ASPECTOS GERAIS A RESPEITO DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ

HISTÓRIA DE TIANGUÁ E ASPECTOS GEOGRÁFICOS



Tianguá é um município situado na região noroeste do Estado do Ceará, inserido na Serra da Ibiapaba, uma das áreas de maior relevância ambiental, econômica e cultural do estado. Sua localização privilegiada em uma região de planalto confere ao município características geográficas e climáticas bastante singulares, que influenciam diretamente em sua organização social, econômica e ambiental. O relevo faz parte do chamado Grint da Ibiapaba, uma nova classificação geomorfológica do território brasileiro que destaca os relevos residuais e bordas escarpadas dos planaltos nordestinos.

Com uma altitude média de 780 metros acima do nível do mar, Tianguá desfruta de um clima ameno ao longo de boa parte do ano, com temperaturas médias que variam entre 22°C e 24°C. Esse clima, mais brando que o restante do estado, foi fundamental para o desenvolvimento das atividades agrícolas e para a ocupação inicial do território. Contudo, nas últimas décadas, a população local tem percebido mudanças climáticas progressivas, como o aumento da temperatura nos períodos mais quentes, reflexo direto do desmatamento na região serrana e das alterações no regime de chuvas.

O clima predominante em Tianguá é classificado como Tropical Quente Semiárido Brando e Tropical Quente Subúmido, apresentando uma pluviosidade média anual de aproximadamente 1.210 mm. O período chuvoso ocorre entre os meses de janeiro e maio, sendo crucial para a agricultura, que é uma das bases da economia local. Os solos da região são diversos e incluem Areias Quartzosas Distróficas, Solos Litólicos, Latossolo Vermelho-Amarelo, Planossolo Solódico e Podzólico

Vermelho-Amarelo, o que permite uma variedade significativa de cultivos agrícolas. A vegetação típica combina áreas de Carrasco com trechos de Floresta Subperenifolia Tropical Plúvio-Nebular, formando um ecossistema de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, com grande biodiversidade.

Tianguá está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Coreau e Parnaíba, sendo o Açude Jaburu I seu principal reservatório hídrico. Este açude, que possui parte de seu espelho d'água no território municipal, é responsável por abastecer 100% da população urbana, segundo a CAGECE, desempenhando papel vital na sustentabilidade da cidade e no suporte à produção agrícola, especialmente em tempos de estiagem.

Do ponto de vista histórico, Tianguá tem suas origens no século XVIII, quando a região era habitada por povos indígenas da etnia tabajara. Com a chegada dos colonizadores portugueses, teve início um processo de ocupação que se estruturou sobretudo em torno da agricultura, favorecido pelo clima agradável e pelo relevo fértil da serra. A cidade se desenvolveu como um centro de trocas e feiras, daí a origem de seu nome: "Tianguá", derivado do tupi-guarani, significa "lugar de reunir" — uma referência direta aos encontros entre indígenas e comerciantes no passado.

Inicialmente subordinado a Viçosa do Ceará e depois a Ibiapina, Tianguá seguiu um caminho gradual de emancipação até conquistar autonomia político-administrativa, consolidando-se como município e fortalecendo suas estruturas públicas e sua identidade cultural própria. Ao longo do tempo, tornou-se um dos principais polos de produção agrícola do estado, sobretudo de hortaliças, frutas e legumes, sendo reconhecido nacionalmente por sua produtividade e qualidade.

Além do papel econômico, Tianguá destaca-se por seu valor ecológico e turístico. A cidade é cercada por belezas naturais, como cachoeiras, trilhas ecológicas, mirantes e formações rochosas típicas da Ibiapaba. Sua riqueza ambiental atrai visitantes interessados em ecoturismo, práticas religiosas, festas tradicionais e gastronomia regional. O município faz divisa ao norte com Viçosa do Ceará, ao sul com Ubajara, a leste com Ibiapina e a oeste com o estado do Piauí, o que o torna uma zona de confluência entre o litoral e o interior nordestino, com forte vocação para o comércio e serviços de apoio logístico.

A posição estratégica de Tianguá é reforçada pela presença da BR-222, que liga o município a outras cidades do Ceará e a regiões importantes do Piauí, ampliando o escoamento da produção agrícola e facilitando a mobilidade da população. Essa articulação entre fatores históricos, geográficos e econômicos faz de Tianguá um município singular no panorama cearense, com grande potencial de desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e fortalecimento da cidadania local.

EMANCIPAÇÃO, FUNDAÇÃO E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ

A trajetória de Tianguá até se tornar município autônomo é marcada por um longo e significativo processo de transformações político-administrativas, que refletem a própria dinâmica de expansão territorial, econômica e social da Serra da Ibiapaba. Inicialmente subordinado a Viçosa do Ceará, o território que hoje corresponde a Tianguá era conhecido como Barrocão, uma povoação situada entre riachos e áreas de mata serrana, com forte presença de povos indígenas, em especial da etnia tabajara. À medida que a ocupação portuguesa se consolidava, os primeiros sinais de organização institucional começaram a surgir.

A primeira tentativa oficial de reconhecimento político do local ocorreu em 28 de setembro de 1869, com a criação do Distrito de Paz da povoação de Barrocão, por meio da Resolução nº 1.280, sancionada pelo então presidente da Província do Ceará, desembargador João Antônio de Araújo Freitas Henriques. Essa medida já apontava o crescimento populacional e a necessidade de estabelecer uma estrutura mínima de governança local. No entanto, o distrito foi extinto pouco tempo depois, em 22 de julho de 1871, sendo restaurado apenas em 30 de julho de 1873, pela Resolução nº 1.531, em um contexto de instabilidade administrativa típico da época. Essa oscilação entre reconhecimento e extinção se repetiu até que, em 1882, pela Lei Provincial nº 1.978, o status de distrito foi finalmente regularizado.

O passo decisivo para a autonomia plena foi dado em 31 de julho de 1890, quando o então distrito de Barrocão foi oficialmente elevado à categoria de município, por meio do Decreto Estadual nº 33. A instalação do novo município ocorreu poucos dias depois, em 12 de agosto de 1890, ainda sob a antiga denominação. Contudo, o nome “Barrocão” logo seria substituído: por iniciativa do coronel Manoel Francisco de Aguiar, influente figura política da região, o nome Tianguá foi adotado em 9 de setembro de 1890, após aprovação do governador do estado, Luís Antônio Ferraz. A nova designação, de origem tupi-guarani, significa “lugar de reunir”, fazendo alusão às antigas feiras indígenas e aos encontros de comerciantes na localidade, fortalecendo a identidade histórica e cultural da nova cidade.

Ao longo das décadas seguintes, Tianguá foi se consolidando como um importante centro urbano da Serra da Ibiapaba, crescendo em população, estrutura e importância regional. A vila foi elevada à categoria de cidade em 20 de setembro de 1938, por meio do Decreto-Lei nº 448, o que reforçou sua posição institucional dentro do estado do Ceará e permitiu o fortalecimento das estruturas administrativas municipais.

Já no contexto republicano e com a redemocratização do país após o fim do regime militar, a Constituição Federal de 1988 instituiu a obrigatoriedade de que todos os municípios brasileiros elaborassem suas próprias Leis Orgânicas, funcionais como constituições municipais. Atendendo a esse novo marco legal, Tianguá promulgou sua Lei Orgânica Municipal em 5 de abril de 1990, consolidando os princípios de autonomia política, administrativa e financeira da cidade.

A Lei estabelece diretrizes para a organização dos poderes Executivo e Legislativo, define mecanismos de participação popular, orienta o planejamento urbano e fixa os pilares das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Desde então, a Lei Orgânica tem sido o principal instrumento jurídico da governança municipal, sendo utilizada na elaboração de legislações complementares, no controle das ações do poder público e na garantia dos direitos da população. Sua promulgação representou não apenas uma exigência constitucional, mas um marco da maturidade institucional do município, reafirmando o protagonismo local na condução de seu próprio destino.

Assim, a história político-administrativa de Tianguá é marcada por fases sucessivas de criação, extinção, reorganização e fortalecimento, culminando na estrutura atual de cidade plena, com instituições estabelecidas, base legal sólida e reconhecimento como um dos principais centros urbanos da Serra da Ibiapaba. A emancipação em 1890, a consolidação do nome Tianguá, a elevação à categoria de cidade em 1938 e a promulgação da Lei Orgânica em 1990 são marcos que definem a identidade institucional de um município que construiu seu espaço com protagonismo, memória e visão de futuro.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DATAS SIGNIFICATIVAS DE TIANGUÁ

A administração municipal de Tianguá segue o modelo constitucional brasileiro, sendo composta por dois poderes: o Executivo, representado pelo prefeito e seus secretários, e o Legislativo, representado pela Câmara Municipal de Vereadores. Ambos são eleitos por sufrágio direto e têm mandatos de quatro anos. A administração local tem como função planejar e executar políticas públicas que atendam às necessidades da população, nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, assistência social, agricultura, meio ambiente, cultura, turismo e desenvolvimento econômico.

O Executivo municipal é responsável pela gestão direta da cidade, com foco na manutenção dos serviços públicos e no desenvolvimento de programas que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos tianguaenses. Já o Legislativo atua na criação de leis, na fiscalização do uso dos recursos públicos e na mediação entre a população e o poder público. A relação entre os poderes deve ser pautada pela harmonia e pela independência, garantindo o equilíbrio institucional e a efetivação das políticas locais.

Ao longo das últimas décadas, Tianguá tem se destacado por uma administração voltada ao fortalecimento da agricultura, à urbanização da cidade e ao estímulo ao turismo ecológico, em razão da sua localização privilegiada na Serra da Ibiapaba. A gestão municipal também tem buscado parcerias com os governos estadual e federal, além de iniciativas privadas, com o objetivo de promover o crescimento sustentável e a geração de empregos.

No calendário oficial do município, algumas datas comemorativas e significativas são especialmente celebradas pela população. A principal delas é o dia 31 de julho, que marca a emancipação política de Tianguá, em 1882. Nessa data, realizam-se eventos cívicos, culturais e religiosos, como desfiles, apresentações artísticas e atividades comunitárias, reforçando o sentimento de identidade e pertencimento da população.

Outra celebração importante ocorre no mês de dezembro, com as festividades em homenagem ao padroeiro da cidade, São Francisco de Assis, comemoradas no dia 3 de dezembro. A festa religiosa, que atrai moradores e visitantes, inclui novenas,

Professor da Educação Infantil (Peb I) – Pré-Escola

A FUNÇÃO REGULADORA DO LÚDICO – REPRESENTAÇÃO, AFETO E LAÇO SOCIAL

A ludicidade é uma dimensão essencial da experiência humana, especialmente na infância, quando o jogo e a imaginação desempenham um papel central no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Mais especificamente, a ludicidade refere-se à qualidade lúdica de uma experiência, ou seja, a presença de elementos de jogo, diversão e espontaneidade.

Envolve a capacidade de brincar, imaginar, criar e explorar livremente, sem restrições ou objetivos rígidos. A ludicidade está intrinsecamente ligada à ideia de prazer e engajamento, proporcionando uma experiência enriquecedora e gratificante para aqueles que a vivenciam.

A abordagem lúdica na educação tem sido objeto de interesse crescente entre educadores e pesquisadores, reconhecendo seu potencial não apenas para promover o engajamento dos alunos, mas também para exercer uma função reguladora essencial no processo de aprendizagem.

Regulação do desenvolvimento cognitivo

O jogo e as atividades lúdicas são cruciais para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Durante o jogo, elas enfrentam desafios, resolvem problemas, exercitam a imaginação e desenvolvem habilidades de raciocínio e pensamento crítico.

Ao brincar, as crianças internalizam conceitos abstratos, experimentam diferentes papéis e cenários, e constroem uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor. Assim, o lúdico atua como um mecanismo regulador que estimula o desenvolvimento cognitivo em múltiplos níveis.

Regulação do Desenvolvimento Emocional

As atividades lúdicas também desempenham um papel fundamental na regulação das emoções das crianças. Brincar proporciona um espaço seguro para expressar sentimentos, experimentar diferentes emoções e aprender a lidar com elas de maneira construtiva.

Durante o jogo, as crianças podem explorar questões emocionais complexas, como a resolução de conflitos, a empatia e a autoexpressão. Dessa forma, o lúdico atua como uma ferramenta reguladora que promove o desenvolvimento emocional saudável.

Regulação do Desenvolvimento Social

O lúdico desempenha um papel crucial na regulação do desenvolvimento social das crianças. Ao participar de jogos e atividades em grupo, elas aprendem a colaborar, negociar, compartilhar e respeitar as regras estabelecidas.

O jogo simbólico, em particular, permite que as crianças experimentem diferentes papéis sociais e pratiquem habilidades de comunicação e interação social. Assim, o lúdico funciona como um mecanismo regulador que facilita o desenvolvimento de habilidades sociais e relacionais.

Representação Simbólica e Expressão Criativa

Uma das principais características do lúdico é sua capacidade de permitir a representação simbólica e a expressão criativa. Por meio de jogos de faz de conta e atividades imaginativas, indivíduos podem explorar diferentes papéis, situações e cenários de forma segura e controlada. Isso proporciona uma oportunidade valiosa para processar experiências complexas, entender relações sociais e desenvolver habilidades cognitivas e emocionais.

Regulação Emocional e Expressão Afetiva

Além da representação, o lúdico influencia a regulação dos afetos e emoções. Durante as atividades lúdicas, as pessoas experimentam uma ampla gama de emoções, que vão desde a alegria até o medo e frustração. Essas experiências emocionais são fundamentais para o desenvolvimento emocional e social, permitindo que os indivíduos pratiquem a regulação emocional, desenvolvam empatia e compreensão dos sentimentos dos outros.

Fomento de Laços Sociais e Interação Interpessoal

Outro aspecto crucial da função reguladora do lúdico é sua contribuição para a formação e manutenção de laços sociais. Jogos e atividades lúdicas fornecem oportunidades para a cooperação, comunicação e colaboração, ajudando a construir relacionamentos interpessoais positivos. Além disso, o lúdico facilita a inclusão social, oferecendo um espaço onde as pessoas podem se encontrar, interagir e se conectar, independentemente de diferenças culturais ou sociais.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Psicologia Infantil é uma área da psicologia que foca no estudo dos processos mentais, emocionais e comportamentais das crianças, desde o nascimento até a adolescência. Em um contexto educacional, a psicologia infantil é essencial para que os educadores compreendam o desenvolvimento infantil e, assim, possam planejar e adaptar suas práticas pedagógicas de maneira que promovam uma educação que respeite as particularidades de cada etapa de crescimento.

Compreender a psicologia infantil implica reconhecer que as crianças não são miniaturas de adultos; elas possuem um modo próprio de perceber o mundo e de reagir às experiências ao seu redor. Esse entendimento ajuda os professores a alinhar suas estratégias de ensino com as necessidades emocionais, cognitivas e sociais dos alunos, respeitando o ritmo e as capacidades individuais. Esse respeito às características da infância é especialmente importante nas séries iniciais, quando as crianças estão ainda construindo as bases de seu desenvolvimento intelectual, emocional e social.

— A Relevância da Psicologia Infantil na Prática Pedagógica

A relação entre psicologia infantil e educação é profunda, uma vez que a escola é um ambiente de desenvolvimento integral e socialização. No ambiente escolar, as crianças estão constantemente envolvidas em atividades que desafiam suas capacidades cognitivas, como o raciocínio e a resolução de problemas; emocionais, como a expressão e o controle de emoções; e sociais, como a construção de relações interpessoais e o desenvolvimento de empatia. Conhecer as fases do desenvolvimento infantil auxilia o educador a entender, por exemplo, por que algumas habilidades ainda não estão plenamente formadas e como ele pode apoiar seu progresso de forma mais eficaz.

Além disso, a aplicação de conceitos de psicologia infantil orienta o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e adaptada a diferentes perfis de aprendizagem. Crianças com necessidades específicas, como transtornos de aprendizagem ou dificuldades emocionais, podem ser beneficiadas por um planejamento pedagógico embasado em estudos de psicologia infantil, que prevê intervenções e adaptações apropriadas. Educadores que compreendem as nuances do desenvolvimento infantil estão mais aptos a identificar essas necessidades e a trabalhar em conjunto com a família e outros profissionais para oferecer um suporte mais amplo.

Conexão entre Teorias Psicológicas e Metodologias de Ensino

As teorias de psicologia infantil trazem embasamento científico para o desenvolvimento de práticas pedagógicas. Autores como Jean Piaget, Lev Vygotsky e John Bowlby, entre outros, estudaram profundamente as características e os processos de desenvolvimento das crianças, fornecendo bases teóricas que ajudam a guiar a prática educativa.

- Jean Piaget, com sua teoria dos estágios de desenvolvimento cognitivo, influenciou a compreensão dos processos de aprendizagem nas diferentes idades. Segundo ele, as crianças passam por fases distintas e qualitativamente diferentes de compreen-

são e interação com o mundo, desde o estágio sensório-motor na primeira infância até o desenvolvimento das operações formais na adolescência.

- Lev Vygotsky destacou a importância da interação social e cultural no desenvolvimento, introduzindo o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que se refere à distância entre o que a criança já é capaz de fazer sozinha e o que pode realizar com a ajuda de outras pessoas, como colegas ou professores. Esse conceito enfatiza o papel do professor como mediador do conhecimento, ajudando a criança a alcançar níveis mais avançados de compreensão.

- John Bowlby, com sua teoria do apego, destacou o impacto das primeiras relações afetivas, como as que a criança desenvolve com seus cuidadores primários, na formação de uma base emocional segura, que é fundamental para a aprendizagem.

Essas teorias, quando aplicadas à educação, permitem que o professor ajuste suas práticas para apoiar o desenvolvimento integral da criança, tanto no aspecto acadêmico quanto no emocional e social.

O Educador como Facilitador do Desenvolvimento Integral

Ao compreender os fundamentos da psicologia infantil, o educador se torna um facilitador do desenvolvimento integral da criança. Isso significa não apenas focar nos conteúdos curriculares, mas também trabalhar competências e habilidades que serão essenciais para a vida da criança, como a autorregulação emocional, a capacidade de resolver conflitos e a construção de valores éticos e sociais.

Em resumo, a psicologia infantil oferece aos educadores uma estrutura para entender o desenvolvimento das crianças e, dessa forma, adaptar as práticas pedagógicas de acordo com as necessidades e potencialidades de cada etapa de crescimento. Essa abordagem contribui para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e motivador, onde as crianças são encorajadas a explorar, a aprender e a se desenvolver de forma integral, respeitando suas próprias características e o seu ritmo individual de desenvolvimento.

Ao adotar práticas pedagógicas informadas pela psicologia infantil, o educador assume o papel de mediador e incentivador do desenvolvimento saudável, preparando o aluno para enfrentar os desafios acadêmicos e para participar de forma positiva e construtiva na sociedade.

— Principais Teorias do Desenvolvimento Infantil

No campo da psicologia infantil, várias teorias têm sido fundamentais para compreender o desenvolvimento das crianças em aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Essas teorias orientam práticas pedagógicas que respeitam o ritmo e as necessidades de cada fase da infância, oferecendo ao professor embasamento para organizar o ambiente escolar e as atividades de forma adequada. Abaixo, exploramos as principais teorias do desenvolvimento infantil e suas implicações educacionais.

Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Jean Piaget

Jean Piaget, um dos psicólogos mais influentes na área do desenvolvimento infantil, propôs uma teoria que divide o desenvolvimento cognitivo em quatro estágios:

– **Estágio Sensorio-Motor (0 a 2 anos):** Nesse período, a criança explora o mundo principalmente através dos sentidos e ações motoras. As atividades pedagógicas para essa fase devem estimular a exploração e a descoberta, oferecendo brinquedos e materiais que possam ser manipulados para desenvolver habilidades sensoriais e motoras.

– **Estágio Pré-Operatório (2 a 7 anos):** Aqui, a criança começa a desenvolver a linguagem e a usar o pensamento simbólico, mas ainda apresenta dificuldades em entender a perspectiva dos outros (egocentrismo). Atividades lúdicas e o uso de histórias são ferramentas educativas eficazes, pois ajudam a criança a construir simbolicamente o mundo à sua volta.

– **Estágio das Operações Concretas (7 a 11 anos):** Nesta fase, as crianças conseguem realizar operações lógicas com objetos concretos e têm uma melhor compreensão de conceitos como quantidade, tempo e espaço. No contexto pedagógico, o ensino deve enfatizar atividades práticas, como experimentos e manipulação de materiais concretos, para facilitar a compreensão dos conceitos.

– **Estágio das Operações Formais (12 anos em diante):** No último estágio, a criança é capaz de raciocinar logicamente sobre ideias abstratas. Nessa fase, é importante incluir atividades que estimulem o pensamento crítico e a resolução de problemas, como debates e projetos de pesquisa, para promover o desenvolvimento das habilidades de abstração e análise.

A teoria de Piaget sublinha que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio de um processo ativo de construção do conhecimento, em que a criança interage com o ambiente e ajusta suas compreensões de acordo com novas experiências. Essa visão enfatiza a importância do aprendizado ativo e da adaptação das práticas pedagógicas ao estágio cognitivo do aluno.

Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky

Lev Vygotsky trouxe uma perspectiva sociocultural ao desenvolvimento infantil, argumentando que a interação social e o contexto cultural são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo. Os principais conceitos dessa teoria são:

– **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):** Segundo Vygotsky, a ZDP é a diferença entre o que uma criança consegue realizar sozinha e o que ela pode fazer com a ajuda de outra pessoa, como um professor ou colega mais experiente. Esse conceito reforça a importância do papel do professor como mediador, orientando a criança para que atinja habilidades além de suas capacidades atuais.

– **Mediação e Interação Social:** Vygotsky acredita que o aprendizado ocorre através da interação social e da mediação do conhecimento por parte de outros, o que implica que o desenvolvimento cognitivo é, em grande parte, um processo social. Assim, atividades pedagógicas como trabalho em grupo e discussões guiadas são recomendadas, pois permitem que os alunos troquem conhecimentos e construam entendimento coletivamente.

A teoria sociocultural incentiva práticas pedagógicas que promovam a colaboração e o trabalho em grupo, respeitando o fato de que as crianças constroem o conhecimento de forma colaborativa e influenciada pelo contexto em que estão inseridas.

Teoria Psicosssexual de Sigmund Freud

Sigmund Freud, ao desenvolver sua teoria psicosssexual, propôs que a infância é marcada por fases distintas de desenvolvimento psicosssexual, cada uma associada a uma zona erógena específica:

– **Fase Oral (0 a 1 ano):** Nessa fase, o prazer está centrado na boca. No ambiente educacional, atividades que promovam a segurança e o acolhimento são essenciais, considerando a dependência emocional da criança nessa idade.

– **Fase Anal (1 a 3 anos):** A criança começa a desenvolver controle sobre seus processos corporais, o que reflete na sua interação com o ambiente e com as figuras de autoridade. Nesse estágio, práticas pedagógicas que respeitem a autonomia e o controle da criança sobre si mesma são fundamentais.

– **Fase Fálica (3 a 6 anos):** É o período em que a criança começa a explorar as diferenças de gênero e a identidade. A criação de um ambiente escolar onde as diferenças individuais sejam respeitadas e acolhidas é importante.

– **Fase de Latência (6 anos até a puberdade):** Durante essa fase, a energia sexual é canalizada para atividades como o aprendizado e o desenvolvimento social. O ambiente escolar deve incentivar a interação social e a curiosidade intelectual.

– **Fase Genital (a partir da puberdade):** Fase em que a criança começa a experimentar a sexualidade madura. A educação deve focar na formação de valores e na orientação ética.

Embora muitos aspectos dessa teoria sejam considerados controversos, ela contribuiu para a compreensão da importância das primeiras experiências afetivas e emocionais no desenvolvimento infantil.

Teoria do Apego de John Bowlby

John Bowlby desenvolveu a teoria do apego, segundo a qual o vínculo afetivo entre a criança e seus cuidadores primários é essencial para o desenvolvimento emocional saudável. Os principais pontos dessa teoria incluem:

– **Apego Seguro:** Crianças que formam um apego seguro com seus cuidadores se sentem confiantes para explorar o mundo, pois têm a certeza de que podem retornar a uma base segura. Isso é especialmente relevante na educação infantil, onde a criação de um ambiente seguro e acolhedor é crucial para que a criança se sinta à vontade para aprender e interagir.

– **Apego Inseguro:** Crianças que não conseguem estabelecer vínculos afetivos seguros podem apresentar dificuldades emocionais e sociais, como ansiedade e dificuldade de interação. Educadores precisam estar atentos aos sinais de insegurança emocional e fornecer um ambiente que promova o suporte emocional.

A teoria do apego evidencia a importância das relações interpessoais e do ambiente emocional na educação, pois uma criança emocionalmente segura aprende com mais facilidade e confiança. A sensibilidade do professor para perceber e responder às necessidades emocionais dos alunos é fundamental.

Essas teorias fornecem uma base para práticas pedagógicas centradas nas necessidades de desenvolvimento das crianças. Ao compreender e aplicar esses conceitos no cotidiano escolar, o professor pode adaptar sua abordagem, criando atividades e um ambiente de aprendizagem que respeitem o estágio de desenvolvimento da criança e promovam o seu crescimento integral.

Cada teoria aborda diferentes aspectos do desenvolvimento e, juntas, elas oferecem uma visão ampla para guiar uma prática pedagógica eficaz e humanizada.

— **Aspectos do Desenvolvimento Infantil e Implicações Pedagógicas**

O desenvolvimento infantil ocorre em diversas dimensões interdependentes: cognitiva, emocional, social e moral. Cada uma dessas áreas evolui segundo as necessidades e características próprias de cada fase da infância, exigindo que o professor adapte as práticas pedagógicas de acordo com o estágio de desenvolvimento dos alunos.

Compreender esses aspectos permite que os educadores criem um ambiente de aprendizado que favoreça o crescimento integral da criança.

Desenvolvimento Cognitivo e Implicações Pedagógicas

O desenvolvimento cognitivo envolve o aprimoramento de habilidades como atenção, memória, linguagem, raciocínio lógico e pensamento crítico. Cada fase da infância tem características cognitivas específicas que influenciam o modo como as crianças processam informações e aprendem.

— **Primeira Infância (0 a 6 anos):** Nesta fase, as crianças desenvolvem suas primeiras capacidades de percepção, linguagem e raciocínio concreto. As práticas pedagógicas devem ser baseadas em atividades sensoriais e motoras, como jogos, brincadeiras e atividades com objetos concretos. A exploração e o brincar são essenciais, pois permitem que a criança construa seu conhecimento por meio da interação com o ambiente.

— **Infância Média (6 a 11 anos):** Com a entrada na fase das operações concretas (segundo Piaget), as crianças começam a desenvolver o pensamento lógico e a capacidade de compreender conceitos de forma mais estruturada, embora ainda dependam de referências concretas. O professor pode explorar estratégias de ensino baseadas em experimentos, manipulação de materiais, jogos e resolução de problemas simples. Atividades práticas que estimulem a observação e a análise lógica são ideais, como construções, experimentos de ciências e atividades matemáticas com materiais manipuláveis.

— **Adolescência (12 anos em diante):** Na fase das operações formais, os adolescentes já possuem habilidades de abstração, podendo pensar em termos hipotéticos e realizar operações lógicas mais complexas. Isso permite ao professor propor atividades que envolvam debates, projetos de pesquisa, estudo de casos e resolução de problemas. Essas atividades desenvolvem o pensamento crítico e a capacidade de argumentação.

Implicações Pedagógicas: O desenvolvimento cognitivo exige que as práticas pedagógicas sejam ajustadas ao nível de compreensão dos alunos. Planejar atividades que respeitem o estágio cognitivo de cada criança evita a sobrecarga e promove o engajamento, pois o conteúdo será mais acessível e interessante para os alunos.

Desenvolvimento Emocional e Implicações Pedagógicas

O desenvolvimento emocional diz respeito à capacidade das crianças de reconhecer, entender e expressar emoções de forma adequada, além de aprender a regular essas emoções em dife-

rentes contextos. Um ambiente escolar que valorize o desenvolvimento emocional contribui para o bem-estar e para o aprendizado efetivo.

— **Primeira Infância (0 a 6 anos):** Nessa fase, as crianças ainda estão aprendendo a identificar e expressar emoções. Cabe ao professor criar um ambiente de acolhimento e segurança, onde as crianças sintam que suas emoções são compreendidas e respeitadas. Atividades de contação de histórias, brincadeiras e jogos de representação podem ajudar a criança a entender e expressar seus sentimentos de maneira saudável.

— **Infância Média (6 a 11 anos):** As crianças começam a compreender emoções mais complexas e a reconhecer sentimentos em outras pessoas. Isso favorece o desenvolvimento da empatia. O professor pode promover dinâmicas em grupo e projetos colaborativos, nos quais as crianças pratiquem a cooperação, o diálogo e a resolução de conflitos de maneira construtiva.

— **Adolescência (12 anos em diante):** Na adolescência, a capacidade de autorreflexão aumenta, e os jovens enfrentam uma série de mudanças emocionais intensas. O ambiente escolar deve incluir espaços para que eles possam expressar e discutir essas emoções. Projetos que envolvam debates, rodas de conversa e atividades artísticas permitem que os adolescentes desenvolvam a inteligência emocional e a autorregulação.

Implicações Pedagógicas: Educar para o desenvolvimento emocional significa permitir que as crianças e adolescentes explorem suas emoções em um ambiente seguro, com o apoio do professor. A prática de habilidades socioemocionais ajuda a criança a desenvolver competências essenciais para a convivência em grupo e para o sucesso acadêmico.

Desenvolvimento Social e Implicações Pedagógicas

O desenvolvimento social envolve a construção de habilidades para interagir com outras pessoas de forma positiva e cooperativa. A escola é um ambiente essencial para essa dimensão, pois oferece inúmeras oportunidades de socialização e cooperação.

— **Primeira Infância (0 a 6 anos):** Nessa fase, as crianças ainda estão desenvolvendo o senso de identidade e a compreensão das regras sociais. O educador deve incentivar atividades de socialização, como jogos coletivos e brincadeiras em grupo, que ajudam a criança a entender o valor da cooperação e o respeito ao outro.

— **Infância Média (6 a 11 anos):** As crianças começam a desenvolver uma compreensão mais aprofundada das regras sociais e a importância das relações interpessoais. O professor pode estimular projetos em grupo e atividades que exijam cooperação, promovendo o desenvolvimento de habilidades como a empatia, o respeito e a comunicação.

— **Adolescência (12 anos em diante):** Durante a adolescência, as interações sociais se tornam ainda mais importantes e complexas. Os adolescentes buscam autonomia e começam a formar grupos de afinidade. O professor pode propor atividades que estimulem a reflexão sobre identidade, diversidade e valores, como debates e projetos sociais, incentivando o respeito e a inclusão.